RESOLUÇÃO Nº 022, de 15 de junho de 2011.

Aprova a proposta de instituição do Comitê das Bacias Hidrográficas do Entorno do Lago da UHE Luís Eduardo Magalhães.

O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH/TO, no uso das competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3.006, de 18 de abril de 2007, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno artigo 8º, inciso II, alínea e, aprovado pelo Decreto nº 2.141, de 16 de julho de 2004, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída por Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando o art. 2º, da Lei Estadual nº 1.307, de 22 de março de 2002, dos princípios da política Estadual de Recursos Hídricos, que define a bacia hidrográfica como unidade física-territorial para o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos;

Considerando o art. 30, da Lei Estadual nº 1.307/02, que institui o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos;

Considerando a art. 31 da Lei Estadual nº 1.307/02, que estabelece a estrutura operacional do Sistema estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos;

Considerando o art. 32, da Lei Estadual nº 1.307/02, que classifica os comitês de bacias hidrográficas como entidades colegiadas, com atribuições normativa, deliberativa e consultiva, reconhecida e qualificada por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante proposta do Conselho Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando aprovação do Comitê das Bacias Hidrográficas do Entorno do Lago da UHE Luís Eduardo Magalhães, em sua 13ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, realizada em 15 de junho de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a proposta de instituição do Comitê das Bacias Hidrográficas do Entorno do Lago da UHE Luís Eduardo Magalhães.

Parágrafo único. A instituição do Comitê das Bacias Hidrográficas do Entorno do Lago da UHE Luís Eduardo Magalhães será efetivada por ato do Poder Executivo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIVALDO REZENDE
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 24, de 16 de junho de 2011

Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental e Autorização de Desmatamento em Assentamento de Reforma Agrária.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – COEMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 3.603/09 e pelo art. 2º, inciso XI, alínea “b” e inciso XIV de seu Regimento Interno; consoante o disposto no art. 225 e parágrafos da Constituição Federal, e nas Leis federais nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, nº 9.433 de 1997 de 08 de janeiro de 1997, seus regulamentos e nas Leis estaduais nº 261 de 20 de fevereiro de 1991, nº 771, de 07 de julho de 1995 e nº 1.236 de 29 de junho de 2001, nº 1.307 de 22 de março de 2002, nº 1.445 de 02 de abril de 2004, e regulamentos, bem assim como na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA 387, de 27 de dezembro de 2006, e

CONSIDERANDO a necessidade de prestar um bom serviço à sociedade, melhorando a eficiência e eficácia dos instrumentos de controle, levando em conta a necessidade de desburocratizar os procedimentos, rotinas e a redução de tempo para tramitação de requerimentos, assim como dos custos operacionais para análise;

CONSIDERANDO as dificuldades de operacionalização do Licenciamento Florestal da Propriedade Rural – LFPR nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os procedimentos relativos às autorizações de desmatamentos para conversão de uso alternativo do solo, para os beneficiários de reforma agrária;

CONSIDERANDO que na fase de apresentação do Relatório de Viabilidade Ambiental – RVA, para o requerimento da Licença Prévia – LP, o INCRA ainda não possui o domínio do imóvel a ser desapropriado.

CONSIDERANDO as diretrizes do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público Federal, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Ministério do Meio Ambiente e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, sobre as regras para Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária conforme Resolução CONAMA 387/2006;

RESOLVE:

Art. 1º. Para o Licenciamento Ambiental de assentamentos de Reforma Agrária, em conformidade com o disposto na Resolução CONAMA Nº 387 de 25 de dezembro de 2006, o Licenciamento Florestal da Propriedade Rural – LFPR, passará a ser parte integrante do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, que será apresentado ao NATURATINS, quando do requerimento da Licença de Instalação e Operação – LIO.

Art. 2º. Para a concessão de autorização de desmatamento para uso alternativo do solo de até 5,00 (cinco) hectares por ano, aos beneficiários de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária deverão apresentar:

I - requerimento, modelo NATURATINS;

II - formulário de Caracterização da Propriedade Rural - Grupo Florestal;

III - fotocópia do CPF e do RG do Beneficiário;

IV - mapa do lote com APP e a Reserva Legal demarcada, caso esta esteja no lote;

V - mapa do lote com a demarcação da área a ser desmatada com coordenadas UTM dos vértices.

Art. 3º Os processos administrativos de requerimento de Autorização de Exploração Florestal – AEF e Autorização de Queima Controlada – AQC, serão autuados individualmente para cada produtor rural.

§ 1º Os Formulários de Caracterização da Propriedade Rural - Grupo Florestal deverão ser preenchidos com todas as informações sobre Área de Reserva Legal - ARL, Área de Reserva Legal Alterada - ARLA, Área de Preservação Permanente - APP, Área de Preservação Permanente Alterada - APPA, Área de Uso Alternativo - AUA, represas, tipologia florestal, descrição das espécies vegetais a serem suprimidas e rendimento lenhoso, de acordo com a Resolução COEMA 07/2005, e seu Anexo VII, bem como as informações sobre a destinação do material lenhoso.

§ 2º Os requerimentos para Autorização de Exploração Florestal - AEF e Autorização de Queima Controlada - AQC e os Formulários de Caracterização da Propriedade Rural – Grupo Florestal deverão ser assinados pelo Responsável Técnico da Assistência Técnica de Extensão Rural - ATER e servidor do INCRA responsável pelo assentamento.

Art. 4º. O INCRA poderá instituir os pedidos de autorização de desmatamento solicitado pelos beneficiários de cada assentamento, com os seguintes documentos:

- I. requerimento, modelo NATURATINS;
- II. formulário de caracterização da propriedade rural - Grupo Florestal;
- III. ato de criação do assentamento;
- IV. relação de beneficiários do assentamento atualizada;
- V. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, constando a descrição dos trabalhos executados, número e valor da Área Requerida para o Desmatamento - ARD de todos os lotes;

VI. mapa da propriedade constando as parcelas (lotes) do assentamento, as Áreas de Reserva Legal – ARL, APP, Área Remanescente - AR, AUA, represas, lagos e demais atributos da propriedade;

VII. croqui de acesso ao assentamento, constando a cidade/município mais próximo, e as vias de acesso ao imóvel com coordenadas UTM nas bifurcações até a sede da Associação;

VIII. guia de recolhimento do Fundo Único de Arrecadação – FUA referente as licenças requeridas (AQC e AEF) e comprovante de pagamento.

Parágrafo único. Os documentos constantes nos incisos I a VIII deste artigo serão autuados em processo apenso aos de pedidos de autorização individual.

Art. 5º. Enquadram-se nas normas desta Resolução, a emissão de Autorização de Exploração Florestal para autorizar o Corte Seletivo e o Aproveitamento de Material Lenhoso para uso na propriedade, nos limites de volume estabelecido na Resolução COEMA 07/2005, e a emissão de Autorização de Queima Controlada.

Palmas-TO, 16 de junho de 2011.

DIVALDO REZENDE
Presidente

MARLI TERESINHA DOS SANTOS
Secretária Executiva

MOÇÃO Nº 01, de 2 de março de 2011.

Solicita priorização e urgência nos processos de regularização fundiária dos Parques Estaduais do Cantão e Jalapão.

O CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – COEMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1.789, de 15 de maio de 2007, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno artigo 2º, inciso XIV, aprovado pelo Decreto nº 3.603, de 9 de janeiro de 2009, e

Considerando o que prevê o Decreto Federal Nº 5.577/2005, que institui o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Cerrado, com a finalidade de promover a conservação, a restauração, a recuperação e o manejo sustentável de ecossistemas do bioma Cerrado, bem como a valorização e o reconhecimento de suas populações tradicionais;

Considerando a expressiva biodiversidade do Cerrado, com 12.356 espécies de plantas, sendo 44% endêmicas; 195 espécies de mamíferos, sendo 7,2% endêmicas; 607 espécies de aves, sendo 2,8% endêmicas; 186 espécies de anfíbios, sendo 15,1% endêmicas e 800 espécies de peixe, sendo 25% endêmicas;

Considerando que 94% da vazão da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, 78% da Bacia Hidrográfica Tocantins-Araguaia e 71% da Bacia do Rio Paraná/Paraguai originam-se no Cerrado e que aproximadamente 36.000.000(trinta e seis milhões) de hectares deste bioma, ocupados por pastagens encontram-se degradados;

Considerando que se trata do maior bioma incluído totalmente em território brasileiro, ocupando 203.644.800 hectares, que corresponde a 24% da área do território nacional, abrangendo 91% da área do Estado do Tocantins;

Considerando que apenas 2,2% do Cerrado encontram-se protegido em Unidades de Conservação de Proteção Integral; 1,9% em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e 4,1% em Terras Indígenas; e sendo a área de Reserva Legal de apenas 35% das propriedades rurais;

Considerando a competência do COEMA em garantir e acompanhar a implementação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza, sugerindo inclusive a criação e reclassificação de unidades de conservação;

Considerando que já se passaram doze anos da criação do Parque Estadual do Cantão e nove anos da criação do Parque Estadual do Jalapão, resolve:

Aprovar MOÇÃO, em regime de prioridade, a ser enviada ao Excelentíssimo Governador do Estado do Tocantins, ao Secretário do Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins e ao Presidente do Instituto Natureza do Tocantins, solicitando priorização e celeridade dos processos de regularização fundiária do Parque Estadual do Cantão e de regularização fundiária e redimensionamento do Parque Estadual do Jalapão.

Divaldo Rezende
Presidente do Conselho

Marli Teresinha dos Santos
Secretária Executiva

MOÇÃO Nº 02, de 02 de março de 2011.

Recomenda a transformação da Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental (CIPAMA) em Batalhão.

O CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – COEMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1.789, de 15 de maio de 2007, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno artigo 2º, inciso XIV, aprovado pelo Decreto nº 3.603, de 9 de janeiro de 2009; e

Considerando o elevado respeito que goza a Polícia Militar do Tocantins junto a toda a população do Estado em vista dos relevantes serviços já prestados por sua destacada atuação na área ambiental, nos campos da educação ambiental, prevenção e repressão das infrações administrativas e crimes contra o meio ambiente;

Considerando que a atual estrutura de Polícia Militar Ambiental, consistente apenas de uma Companhia Independente (CIPAMA), criada pela Lei nº 860, em 26 de julho de 1996, dispõe de apenas três pelotões para atuar em todos os 139 (cento e trinta e nove) municípios do vasto território do Tocantins;

Considerando que a grande maioria das infrações administrativas contra o meio ambiente também são tipificadas como crimes ambientais, necessitando de um quadro técnico e operacional adequadamente preparado para o trabalho ostensivo e preventivo de proteção do meio ambiente;

Considerando a necessidade de um incremento na atuação contra as infrações e crimes ambientais que vulneram os atributos que justificaram a criação das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins, que pode ser realizado de forma mais sistemática com a atuação da Polícia Militar com atuação ambiental;

Considerando que dentre os principais problemas ambientais do Estado está o uso do fogo não autorizado e os incêndios florestais que causam danos tanto ambientais quanto à saúde humana, assim, a nova estrutura da Unidade Ambiental (Batalhão) poderá auxiliar diretamente na formação de brigadas civis de combate aos incêndios florestais e ainda na fiscalização, repressão aos infratores que causam tal dano;